

Direitos Humanos

Mauro Santayana

maurosantayana@jb.com.br



# A ONU, o Brasil e as desigualdades

MAIS UMA VEZ O BRASIL é submetido ao constrangimento internacional, em consequência das desigualdades internas. Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o país é dos cinco mais iníquos do mundo. O documento fala na morte de adolescentes pela violência, e cita o número de 50 milhões de pessoas vivendo na miséria. Em abril próximo, a situação do Brasil será das primeiras sob exame, no balanço do que se faz do desempenho de 192 países, de acordo com as metas estabelecidas para os primeiros lustros do século.

O país devia envergonhar-se dessa situação, mas isso não ocorre. É melhor orgulhar-se das coisas positivas, como o desempenho da economia, a descoberta de novas fontes energéticas, o astronômico crescimento do valor de mercado de empresas públicas, adquiridas por menos de um por cento de seu valor, no governo passado, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce.

É provável que alguns números estejam superados. A situação dos brasileiros mais pobres tem melhorado, pouco ainda, mas de maneira evidente. Não é o melhor caminho subsidiar a vida das pessoas. Há sempre desconforto moral para quem distribui o dinheiro e para quem o recebe. Quando quem distribui é a sociedade inteira, mediante o Estado, esse constrangimento é menor, de um lado e de outro. Há, sem embargo dessa situação incômoda, resultado moral importante. Grande parte dos beneficiados pelo programa Bolsa Família – entre outros processos distributivos – em lugar de se acomodar, sente-se estimulada a participar da vida produtiva e econômica. O fato de contar pelo menos com a certeza de uma refeição diária impele o beneficiado a buscar as outras que faltam.

O colunista se recorda de uma entrevista com o então governador do Piauí, Petrônio Portela, meses antes do golpe militar de 1964. O futuro presidente da Arena era, naquele encontro de governadores de Araxá, uma das personalidades subversivas, posto que apoiava o governo Jango e suas reformas. Não me esqueço de sua forte declaração contra as injustiças sociais, ao dizer-me que “as mocinhas pobres do sertão têm direito a um vestidinho estampado de chita, para ir à missa aos domingos”. Quase 50 anos depois, com o intervalo que conhecemos – e que ele ocupou com esperta utilidade – o que queria Portela começa a ocorrer. Os produtores de tecidos e comerciantes de roupas estão

**“As mocinhas pobres têm direito a um vestidinho estampado...”**

aumentando os seus negócios, onde, antes, era comum um dia de nudez na semana, para a lavagem da única vestimenta dos filhos.

O problema da violência urbana é mais complicado, mas se relaciona, de uma ou outra maneira, com a desigualdade social.

Não é preciso repetir o que todos sabem, e sabem há mais de 100 anos. A fome e a miséria empurram as pessoas para onde haja mais gente. Ainda no tempo colonial isso era comum, com as hordas de miseráveis caminhando pelas trilhas do sertão em busca do sul e do litoral. Nas grandes migrações européias, os andarilhos colocavam no alto da cabeça infima moeda de cobre, amarravam pedaço de corda ao pescoço, como sinal de submissão, e se ofereciam como servos aos senhores feudais. No Brasil, esses brancos e pardos pobres não tinham essa saída, posto que os latifundiários valiam-se dos escravos. Isso explica, entre outros fatores, o surgimento, o apogeu e a destruição de Canudos.

A sociedade brasileira é injusta, soberba, saudosa do escravismo. Nas últimas décadas, até mesmo entre os pobres, vem desaparecendo a solidariedade que os ajudava a suportar o sofrimento. Da classe média, com a exceção de alguns poucos, que se sentem naturalmente constrangidos com a miséria circundante, pouco a dizer. A situação lhe é cômoda, porque possibilita mão-de-obra barata para as tarefas domésticas. Quanto aos empresários, nada melhor do que essa pressão da miséria. Nos últimos 44 anos, a participação dos salários no PIB caiu dramaticamente. Em compensação, a participação da renda de capital cresceu exponencialmente.

O governo atual pode errar – e erra – em muitas decisões administrativas e políticas. Mas é interessante registrar que seus opositores mais exasperados – como esse resquício oligárquico dos mal chamados “democratas” – atacam-no exatamente no que tem feito de melhor. A enraivecida oposição ao programa Territórios da Cidadania, que prevê uma ação coordenada de todos os ministérios para o desenvolvimento acelerado das regiões mais miseráveis do Brasil é um exemplo disso.

Bons foram os outros tempos, em que a cidadania era direito dos bem nascidos, do voto censitário, em que só a renda de cada um conferia o alistamento eleitoral.